

HABEAS CORPUS Nº 493.963 - SP (2019/0046216-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : IRANILDO DA SILVA ALVES BRASIL
ADVOGADO : IRANILDO DA SILVA ALVES BRASIL - SP359208
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICARDO CORROCHANO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, impetrado em favor de **Ricardo Corrochano**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2003986-64.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime tipificado no art. 35 da Lei n. 11.343/2006 (Ação Penal n. 0019330-43.2018.8.26.0554, 3ª Vara Criminal de Santo André/SP) – fls. 105/117.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual suscitou nulidade da interceptação telefônica que subsidiou a ação penal em referência. O *writ*, no entanto, foi denegado, nos termos do acórdão assim ementado (fl. 124):

Habeas Corpus - Associação para o tráfico de drogas- art. 35, da Lei n. 11.343/06 - Pretensão de trancamento da ação penal - Alegação de ilicitude da prova originária (interceptação telefônica e acesso a dados de aparelho celular) Impossibilidade. Trancamento da ação penal que exige a comprovação de uma das seguintes hipóteses: a) a atipicidade da conduta; b) a ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas; ou c) a presença de alguma causa extintiva da punibilidade No caso em tela, os fatos narrados na investigação policial demonstram, ao menos a princípio, existência de justa causa para o exercício da ação penal.

Interceptação telefônica realizada com autorização judicial, em r. decisão suficientemente fundamentada. No caso dos autos, não se verifica ilicitude no acesso aos registros de ligação do aparelho celular apreendido, o qual havia sido abandonado junto com entorpecentes por indivíduo não identificado, visualizado, em campana policial, na prática da traficância de drogas.

Constrangimento ilegal não caracterizado. Ordem denegada.

Daí, sobreveio o presente *writ*, no qual a defesa reiterou a tese

deduzida na impetração originária.

Aduziu há nulidade na interceptação telefônica, decorrente da violação de sigilo dos dados do aparelho, sem prévia autorização judicial. Argumentou, ainda, que o pedido de interceptação foi deferido sem qualquer investigação anterior, sendo que tais nulidades acabaram por contaminar toda a prova produzida, circunstância que firma a necessidade de trancamento da ação penal.

Pugnou, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva, além da declaração de nulidade da ação penal.

É o relatório.

O pedido liminar confunde-se com o mérito da impetração.

Diante da natureza eminentemente satisfativa, deve ser apreciado pelo Órgão Colegiado, após o recebimento das informações e a manifestação do *Parquet*.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo processante.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator